

Reflexões sobre as diretrizes para Implantação de um processo seletivo de avaliação seriada para ingresso nos cursos de graduação da UFMG.

Prof. Cláudio Marques Martins Nogueira – Fae – UFMG 01/10/2024

Os processos seletivos para ingresso na educação superior não são neutros. Eles podem acentuar ou minimizar os efeitos das desigualdades sociais e escolares sobre os resultados alcançados pelos candidatos. Algumas características do processo de seleção seriada que está sendo proposto na UFMG nos sugerem que ele pode ser um instrumento de elitização da instituição.

A sociologia da educação nos mostra há muito tempo (BOURDIEU, 1998; FORQUIN, 1995; ALMEIDA E NOGUEIRA, 2002; NOGUEIRA; ROMANELLI; ZAGO, 2000; PIOTTO, 2014) que a capacidade de planejamento de longo prazo não se distribui aleatoriamente pela população, ela está relacionada diretamente com as condições objetivas de cada grupo social. Para aqueles com menos recursos, a luta é para vencer os desafios do curto prazo, inclusive na escolarização dos filhos.

Por um lado, nas famílias de classe média e de elite, a criança nasce e os pais já estão discutindo qual será o melhor curso superior para ela. Tudo é feito tendo em vista um projeto de longo prazo: a escolha das escolas na educação básica, o investimento em línguas estrangeiras e outras atividades extraescolares, o acompanhamento diário da vida escolar dos filhos. E esses pais têm não apenas os recursos econômicos para investir numa trajetória de longo prazo, inclusive a possibilidade de deixar os filhos sem trabalhar até concluírem seus estudos, mas principalmente informações sobre o funcionamento do sistema de ensino. Sabem quais escolas preparam melhor para os vestibulares, quais as instituições de educação superior existentes, quais são as pagas e as gratuitas, qual o nível de prestígio e seletividade dos diferentes cursos e instituições, o que é e como funcionam o Enem, o Sisu, o Prouni, o Fies, entre outras informações.

Por outro lado, nas famílias dos estratos socioeconômicos mais baixos costuma faltar recursos econômicos e informações para esse planejamento de longo prazo. O que tende a prevalecer é a luta cotidiana para se enfrentar os desafios cotidianos e se garantir o necessário para a sobrevivência. Em termos escolares, as famílias esperam que os filhos estudem até onde as condições econômicas permitirem, mas não chegam a fazer um planejamento consistente sobre o grau de escolaridade a ser alcançado. Nesses meios sociais, frequentemente, os filhos começam a trabalhar antes de completar a educação básica e em muitos casos interrompem ou abandonam temporariamente seus estudos pela necessidade de se dedicarem mais ao trabalho. Além das condições econômicas mais precárias e instáveis, pesa a falta de informações sólidas sobre o sistema de ensino que

permitam planejar o futuro: muitos não sabem, por exemplo, que existem escolas públicas federais gratuitas com altos índices de aprovação nos vestibulares, não conhecem bem as instituições públicas e privadas de educação superior, não sabem identificar quais instituições e cursos têm mais prestígio e são mais seletivos, não entendem bem como funciona os processos de seleção para a educação superior, têm informações limitadas sobre o Sisu, a Lei de cotas, o Prouni, o Fies etc.

As condições objetivas mais difíceis não impedem, no entanto, que egressos das camadas populares acessem a educação superior, sobretudo após o processo de expansão vivido por esse nível de ensino nas últimas décadas. Mas esse acesso dificilmente será planejado a longo prazo como no caso das famílias de classes médias e elites. Aqui a decisão de cursar a educação superior depende inclusive do fato de já se ter concluído ou se estar em vias de concluir o ensino médio. Não há nesse meio social a certeza de que se concluirá o ensino médio e que, portanto, será possível dar o passo seguinte. Muitos não concluem. E entre os que concluem, muitos entendem que o mais viável é se dedicar plenamente ao trabalho e à vida familiar e não continuar estudando. A decisão de tentar a educação superior vai sendo construída, portanto, aos poucos, durante o ensino médio e principalmente após a sua conclusão. Nesse momento, o indivíduo avalia suas condições econômicas para continuar ou não estudando, os custos diretos e indiretos envolvidos nisso, a existência de outras responsabilidades familiares, como a necessidade de ajudar financeiramente os pais, de cuidar de filhos ou idosos etc. Em poucas palavras, a longevidade escolar nos meios populares é um projeto que se constrói ao longo do caminho, a partir de vitórias parciais que permitem dar o passo seguinte, sempre a partir de uma avaliação prática dos custos e das oportunidades disponíveis.

Esse breve resumo do que nos mostram as pesquisas sobre as relações família escola nos últimos sessenta anos já nos indica quem provavelmente serão os grandes beneficiados por um exame de seleção seriado feito em ciclos de três anos. Vale notar que o candidato terá que se inscrever na primeira etapa com três anos de antecedência e caso perca alguma das etapas está automaticamente eliminado¹. Esse sistema supõe que os estudantes (a maioria, no primeiro ano do ensino médio e com cerca de 15 anos) ou suas famílias já tenham informações

¹ No Relatório final do grupo de trabalho responsável pela proposta, fala-se da necessidade de incluir de algum modo o estudante que perder uma das etapas ou for reprovado em algum dos anos no ensino médio. Mas não se chega a nenhuma solução que se mostre viável para o problema. No documento em que é apresentada a Proposta de Diretrizes essa discussão desaparece e afirma-se apenas que o candidato reprovado no ensino médio não poderá fazer a etapa do processo seletivo. De qualquer forma, o mais preocupante parece ser o caso do estudante que não foi capaz de se informar e se planejar para a primeira etapa. Aparentemente, ele estaria definitivamente fora do processo.

suficientes sobre todo o processo e já tenham optado pela educação superior e pela UFMG no início do ensino médio. Além disso, os estudantes ou suas famílias têm que se planejar para não perderem as inscrições para as etapas posteriores. Essas informações e esse planejamento não são triviais para famílias pouco escolarizadas e com condições econômicas mais precárias. A proposta prevê, no entanto, que as escolas garantirão informações e incentivarão os estudantes e suas famílias nessa direção. É possível acreditar que isso acontecerá de forma minimamente eficaz no conjunto das escolas públicas de ensino médio, especialmente naquelas mais precarizadas e que atendem estudantes menos privilegiados? Essas escolas têm dificuldade de incentivar seus alunos de terceiro ano de ensino médio a fazer o ENEM e a sonhar com o ensino superior, imagina quão difícil seria envolvê-los e as suas famílias no primeiro ano. O planejamento de longo prazo e o nível de informação necessários para a participação nesse sistema beneficiarão claramente as famílias com mais capital econômico e cultural, inclusive no interior das redes públicas. Isso será ainda reforçado pela capacidade diferenciada que as escolas terão para informar e mobilizar seus estudantes e as famílias desde o primeiro ano do ensino médio. As privadas e as públicas diferenciadas, como as federais, são as que terão melhores condições para realizar esse trabalho, embora seu alunado seja o que menos precisaria disso.

Cabe também ressaltar que os candidatos serão avaliados por uma matriz de referência que tem por base a BNCC, mas que é construída pela UFMG em diálogo com as escolas parceiras e que se traduzirá numa listagem de conteúdos,/assuntos/objetos de conhecimento específicos a serem abordados nas provas. A cada ano também será cobrada dos estudantes a leitura de duas obras literárias. Evidentemente, os estudantes que estudarem em escolas que não aderirem plenamente ao que é proposto pela UFMG - incluindo o estudo das obras literárias – serão diretamente prejudicados. Não é difícil imaginar o perfil das escolas públicas e sobretudo privadas que terão melhores condições de estabelecer a parceria com a UFMG e adaptar seus currículos à matriz de referência desde o primeiro ano do ensino médio, incluindo o estudo das obras literárias. A parceria com a universidade supõe, além da vontade política de participar, a disponibilidade de pessoal, tempo, e recursos materiais. Segundo a proposta é preciso que as escolas indiquem representantes para participarem de reuniões e outros eventos na universidade. Imagina-se que em seguida será necessário a formação pedagógica dos professores para trabalharem com a matriz, além de materiais didáticos apropriados, embora isso não seja mencionado na proposta. Quais os recursos financeiros estão sendo garantidos para isso? Há algum compromisso da universidade, do MEC ou do governo estadual no sentido de financiar essas iniciativas? Caso não haja, evidentemente, mais uma vez, serão as escolas com mais recursos, sobretudo privadas e da rede pública federal, as

primeiras a se adaptarem, em detrimento daquelas que atendem os menos privilegiados.

Tudo indica, portanto, que os grandes beneficiados desse processo seletivo seriado serão os filhos das famílias com mais capital cultural e econômico e, portanto, com mais informação sobre o sistema de ensino e mais capacidade de planejamento de longo prazo. Dentro desse grupo, os mais privilegiados estarão em escolas privadas de elite que rapidamente se adaptarão ao novo sistema e à matriz de referência da universidade. Outros, com situação menos favorável, mas ainda assim relativamente privilegiada, estarão em escolas públicas de destaque, geralmente localizadas em bairros mais centrais ou pertencentes à rede federal. Essas escolas também se adaptarão com facilidade ao novo sistema.

O problema é que esses estudantes, com acesso à informação, com capacidade de planejamento de longo prazo e que frequentam os estabelecimentos escolares melhor estruturados terão acesso antecipado a 50% das vagas hoje disponibilizadas a todos via Sisu². Os estudantes que não tiveram as informações necessárias, que não conseguiram se planejar, que não tiveram o apoio necessário de suas escolas ao longo do processo terão que fazer o Enem e o Sisu para disputar metade do número de vagas hoje oferecido. Entre esses estudantes estarão aqueles que foram reprovados ou interromperam por um tempo seus estudos no ensino médio e depois voltaram a estudar. Estarão também os que nunca pensaram em fazer o ensino superior, mas que ao concluírem o ensino médio, começaram a sonhar com a universidade. Estarão os mais velhos, já inseridos no mercado de trabalho, que aproveitando uma conjuntura econômica e familiar mais favorável decidem voltar a estudar. O maior grupo, no entanto, vale destacar, será de jovens pobres, recém-egressos do ensino médio que não receberam de suas famílias e de suas escolas as informações e os estímulos necessários para se planejar com três anos de antecedência para participar do exame seriado.

É preciso reconhecer que as desigualdades sociais já se manifestam hoje de forma acentuada no Sisu. O Processo de seleção seriada reforça, no entanto, uma fonte de desigualdades que não pode ser subestimada: a capacidade diferenciada que os candidatos têm de se planejarem e se prepararem com grande antecedência, capacidade essa diretamente relacionada ao perfil de suas famílias e de suas escolas.

Vale finalmente refletir sobre uma possível vantagem do novo exame salientada pelos documentos de apresentação da proposta. Ele seria capaz de captar e reter

² Na proposta de diretrizes para a implementação do processo seletivo seriado sugere-se 30% das vagas no primeiro ciclo, 40% no segundo, que se inicia no ano seguinte, e 50% no terceiro, a ser iniciado no ano subsequente. Ou seja, a partir do terceiro ano metade das vagas da universidade seriam oferecidas pelo processo seriado.

mais estudantes que o a seleção via Sisu. O problema básico do Sisu é que ele estimula uma escolha estratégica de curso, na qual os candidatos selecionam opções que sejam possíveis considerando suas notas no Enem, mas que frequentemente não são suas preferidas. Uma vez aprovados, parte dos candidatos não efetiva sua matrícula ou entra por um tempo nos cursos, mas não permanece. Muda assim que possível. Essa escolha estratégica, porém, também pode ocorrer no PAS. O estudante escolherá seu curso na terceira etapa, já sabendo sua nota nas etapas anteriores. Poderá escolher um curso, portanto, que não seja o mais desejado. E nada o impede de fazer simultaneamente o Sisu na expectativa de conseguir entrar no curso preferido por meio desse sistema ou ainda, entrar pelo PAS e fazer o Sisu no ano seguinte. Ou seja, as escolhas estratégicas, as não matrículas após aprovação e a evasão para reingresso em outro curso ou instituição continuarão a existir. Poder-se-ia ainda argumentar que o Sisu atrai estudantes de outras regiões, mais propensos à evasão após a entrada, enquanto o PAS atraria estudantes da região, que tenderiam a permanecer. Os dados da própria universidade nos mostram, no entanto, que dois terços dos estudantes que ingressam via Sisu são de BH e região e que são justamente estes e não os de fora que mais evadem.

Por último, vale questionar o argumento mais usado nos documentos para defender a adoção do processo de seleção seriada: o estreitamento das relações com as escolas de educação básica. Quais os recursos financeiros e de pessoal disponibilizados pela universidade para a realização de um projeto institucional abrangente e sistemático de estreitamento de laços com as escolas? O objetivo será realizado por meio de projetos de extensão fragmentados, que atingem algumas escolas e por um período de tempo determinado? Como garantir, por um lado, que as escolas mais precarizadas, situadas em regiões menos centrais e que atendam público mais vulnerável participem de forma consistente desse processo? Como evitar, por outro lado, que as escolas mais estruturadas, mais mobilizadas e que atendem públicos mais privilegiados, especialmente as privadas, mas também algumas públicas diferenciadas, influenciem excessivamente todas as etapas do processo e sejam diretamente beneficiadas por ele?

Referências:

- ALMEIDA, Ana M. F. e NOGUEIRA, Maria A. (org.) *A escolarização das elites – um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis: vozes, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998
- FORQUIN, Jean C. (Org), *Sociologia da Educação – dez anos de pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

NOGUEIRA, Maria Alice, ROMANELLI, Geraldo, ZAGO, Nadir (Orgs.). *Família & Escola – Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2000.

PIOTTO, D. (org.). *Camadas populares e universidade pública – trajetórias e experiência escolares*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014.